

## **EDULETTERS**

*Era uma vez...*

*De antes, durante e depois de abril, num percurso escolar e profissional com o ensino técnico profissional no contexto*

1

**José Lagarto<sup>1</sup>**

---

*Aos dez anos deixámos de estudar porque não havia dinheiro para o autocarro. Eu fui para pedreiro e o meu irmão Dionísio para carpinteiro (Domingos Castro).<sup>2</sup>*

## **Introdução**

O texto que vos trago tem um carácter quase biográfico, mas sempre com o foco no que era o ensino técnico e em que se foi transformando ao longo dos anos. A minha história teria sido igual à do Domingos Castro se não tivesse, desde os 12 anos (em 1967), obtido uma bolsa de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian. Esta bolsa acompanhou-me até ao final do bacharelato, em 1974. Nem todos tiveram a minha sorte.

## **Antes de abril**

A escola de antes de abril de 74 cumpria uma função de réplica da sociedade onde estava inserida. Existiam essencialmente duas vias que encaminhavam na escolaridade os filhos de diferentes famílias, organizadas em estratos sócios económicos bastante diferenciados.

Eram estas vias a liceal e a técnica. A primeira, muito uniforme em termos curriculares ao nível nacional, desenrolava-se do 1º ao 7º ano da altura (hoje do 7º ao 12º ano de escolaridade), e a segunda, apresentava uma muito apreciável diferenciação de cursos, que iam de serralheiro a carpinteiro de moldes, passando por montador eletricista, curso geral do

---

<sup>1</sup> CRCW – UCP ! jlagarto@ucp.pt

<sup>2</sup> In jornal Abola, 10 de maio de 2024. Domingos Castro. Ele e seu irmão gémeo, Dionísio, que se tornaram campeões de atletismo a nível mundial, nasceram em 22 de novembro de 1963, em Guimarães.

comércio, formação feminina, relojoeiro, ajudante de farmácia, entre muitas outras possibilidades (Alambre dos Santos, 1964).

A primeira via, de orientação claramente humanista e generalista, levava os alunos a uma formação geral razoável e, para alguns, a um acesso à universidade. Era a via dos filhos das classes economicamente mais favorecidas.

A segunda via era destinada à formação de operários e funcionários dos serviços e era frequentada pelos filhos das famílias com menores recursos financeiros. O acesso à universidade por esta via não era fácil. O que aos alunos do ensino liceal se permitia em sete anos, os alunos das escolas industriais ou comerciais, para ingressarem na universidade, demoravam oito ou nove anos. Em geral, a formação ministrada era muito orientada para a vida ativa e com pouca formação geral. Basta lembrar que uma criança com 12 anos, que ingressasse, por exemplo, no curso de formação de serralheiro, teria logo no 1º ano 18 horas de oficina, 8 horas de desenho técnico e uma carga horária semanal de 39 horas. Nos 2º e 3º anos a carga oficial aumentava para 20 e 22 horas respetivamente. Estas cargas horárias mostram a violência a que eram submetidas as crianças dessa altura, ainda pré-adolescentes. As oficinas destes cursos industriais eram autênticas fábricas e, na verdade, o expoente de uma orientação vocacional que, pura e simplesmente não existia. Esta segunda via era apenas uma opção vinculada à classe social.

Na verdade, foi este o meu percurso escolar, depois da instrução primária e do ciclo preparatório realizados numa vila do meio do Alentejo<sup>3</sup>, que, ainda assim, era o ciclo preparatório do ensino técnico.

Quando me apresentei na Escola Industrial Afonso Domingues, em Lisboa, aos 12 anos, o Sr. Alberto, funcionário que recebia os impressos de matrícula dos alunos, perguntou-me que curso eu queria seguir. Eu não sabia...sabia apenas que um irmão meu tinha feito o curso de serralheiro, nos cursos da noite, e isso deveria ser bom. E assim comecei a saga de aluno de escola industrial, com 12 anos e com uma perspetiva de emprego na Lisnave ou na CP, conforme se dizia na Escola. Os bons alunos eram recrutados por essas empresas, e outras. E, na verdade,

---

<sup>3</sup> Viana do Alentejo

isto acontecia, dadas as competências que, mal ou bem, se conseguiam apresentar no fim dos cursos de formação, já com os nossos 15 ou 16 anos.

Este contexto curricular, enquadrado pelo Decreto 37.029 de 25 de agosto de 1948, que vigorou durante mais de duas dezenas de anos, foi modificado em 1973, pelo Ministro Veiga Simão. Os cursos técnicos e liceais continuavam separados, mas o número de anos curricular para entrar nas universidades igualizou-se. Nos cursos gerais técnicos foram introduzidas disciplinas de caráter humanístico, aproximando o perfil de saída dos alunos do ensino técnico ao perfil dos alunos do ensino liceal. No entanto, permaneciam diferenças. Enquanto os alunos do liceu podiam seguir para qualquer universidade, fazendo a opção de via logo após o 5º ano, aos 15 ou 16 anos, aos alunos do ensino técnico restava escolher cursos que tivesse a ver com o seu curso geral, escolhido logo aos 12 anos de idade.

Estas desigualdades acabaram por ser resolvidas com a revolução de abril, permitindo uma escolaridade igual para todos até ao 9º ano, começando a fazer-se a diferença, e uma escolha vocacional ou profissional menos precoce, no ensino secundário, sucessor dos cursos complementares.

Depois de ter frequentado o curso de formação de serralheiro, ingressei na seção preparatória para o Instituto Industrial. Neste curso, de dois anos, os alunos eram sujeitos a um currículo que pretendia suprir as suas lacunas de caráter mais geral. Línguas estrangeiras (Inglês e Francês), Geografia, História, Ciências Naturais, eram as disciplinas que eram disponibilizadas, com o objetivo de nivelar os alunos que frequentavam com os alunos que terminavam o 5º ano do ensino liceal.

Os Institutos Industriais e os Institutos Comerciais,<sup>4</sup> eram escolas de ensino superior não universitário e que propunham dotar a sociedade de quadros intermédios, cuja função seria a de dirigir coortes de operários, sob a supervisão, muitas das vezes, de licenciados em áreas diversas do conhecimento.

---

<sup>4</sup> bem como as Escolas de Regentes Agrícolas, ou Escolas do Magistério Primário,

E lá cursei o Instituto Industrial de Lisboa (IIL), durante os seus 4 anos e uma formação em eletrotécnica e máquinas. Tenho de confessar que nós, considerados alunos de segunda face aos nossos colegas que, indo pelo liceu estavam no Instituto Superior Técnico ou outras Faculdades de Engenharia, tínhamos o orgulho, ou talvez mais a perceção, de que, quando o curso acabasse, sabíamos fazer coisas, ao contrário desses nossos colegas, cujo ensino era essencialmente teórico. A matriz prática dos cursos de bacharelato cumpria a sua função, e os formados por estas instituições, normalmente sabiam fazer as coisas. Nem sempre se sabia muito bem porquê, mas nem isso importaria muito, quando o necessário era fazer com os sistemas funcionassem. Tive, anos mais tarde, oportunidade de frequentar o 4º e 5º ano do IST e confirmei um pouco essa ideia mais juvenil, embora tenha de reconhecer a boa formação teórica que era ministrada.

## **Durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso)**

Esta fase tem a ver com a acomodação do sistema de ensino às múltiplas mudanças que a revolução impôs.

Saí do IIL com 19 anos, em junho de 1974. A revolução fervia e eu tinha acabado, por agora e nessa altura, o meu percurso académico. A bolsa de estudo tinha caducado, e, por vários motivos, não podia ingressar na Universidade, particularmente por ter de ingressar no primeiro ano para fazer o percurso completo. Tentei empregar-me. Estávamos em julho de 1974. Concorri a um anúncio da CUF (Companhia União Fabril), na altura com sede na Infante Santo, em Lisboa. Preenchi os papéis e, quando os entreguei, a menina que me atendia sorriu e disse: não posso aceitar o seu pedido – ainda não fez serviço militar. Esta era uma realidade dura...a vida parava aos 19 ou 20 anos porque tudo dependia de ter ou não ter o serviço militar cumprido. Na verdade, as empresas que empregassem alguém que posteriormente fosse para as fileiras militares, eram obrigadas a receber esses ativos quando estes voltassem das suas

tarefas militares. Receberia os que voltassem, pois bastantes ficaram pelo caminho, tombados em combate na guerra colonial, nas denominadas províncias ultramarinas<sup>5</sup>.

Decidi inscrever-me para lecionar, na minha Escola (Afonso Domingues) e em uma outra escola perto da minha casa paterna - a Escola Industrial e Comercial de Évora. Foi nesta última que comecei a minha vida de docente, que não mais viria a abandonar ao longo de mais de 45 anos de serviço.

Nessa altura, 1975, a vida nas escolas, como no resto da sociedade, era simplesmente um turbilhão. A introdução do ensino unificado e extinção de cursos existentes não era um processo simples. Veiga Simão tinha lançado vários cursos experimentais entre 1970 e 1973 e era necessário harmonizar tudo. Até final dos anos 70, a vida pedagógica e administrativa nas Escolas, particularmente nas Técnicas, foi um caos.

Extinguir os cursos gerais, extinguir os cursos de formação dos Decreto 37.029 e também ainda do Decreto 20.420 de 21 de outubro de 1931, estes ainda em vigor no ensino noturno, era um verdadeiro quebra-cabeças.

Por essa altura (1976) andava eu a fazer estágio pedagógico em Évora. Concluído este, resolvi voltar a Lisboa e à sempre minha Escola. Depois de dois anos como professor “normal”, acabo por integrar uma lista para o conselho diretivo e, a partir daí, vamos ter de lidar com todas as questões associadas à alteração dos currículos em todos os níveis de ensino. O unificado corria bem. O problema eram mesmo os cursos noturnos e a dificuldade em gerir currículos que continuavam em vigor. Lembro que nos especializamos tanto nestes currículos que, com alguma frequência, um chefe de divisão da Direção Geral do Ensino Técnico, nos telefonava para analisar como é que nós resolvíamos (ou propúnhamos resolução) de problemas de equivalências e adaptação curricular, de forma a poder ajudar outras escolas.

Os processos revolucionários têm estas coisas. Terminam uns modelos e nascem outros. Olhando para o Decreto 37.029, vejo que contém nada menos de 600 artigos. E, tendo sido

---

<sup>5</sup> Estima-se que tenham morrido cerca de 10 mil jovens e 20 mil tenham ficado seriamente feridos.

publicado em 1948, durou pelo menos até início da década de 80, altura em que os cursos da noite se iam harmonizando com os diurnos e, por falta de alunos, extinguindo-se.

Em 1978 os cursos complementares da reforma Veiga Simão são substituídos pelos cursos complementares do Ensino Secundário, pelo Despacho Normativo 140-A/78 de 15 de junho de 1978. A estrutura curricular preconizada por este despacho permitia que as escolas optassem por um regime variável na componente de formação vocacional, que podia ser forte, média ou fraca, sendo que a opção por uma delas condicionava o currículo geral.

## A estabilização

Os cursos do ensino secundário não conseguiram criar cenários de formação profissional adequados às necessidades. A criação das três opções na componente de formação vocacional (forte média e fraca) não deu os resultados esperados e, assim, foram criados os cursos profissionais e técnico-profissionais, desenvolvidos no Ensino Secundário (D.L. 194-A/83 de 21 de outubro) que acabaram por não ter o impacto que se poderia esperar dada a sua pouca procura. As famílias privilegiavam as vias de ensino, para acesso à Universidade, em vez de opções que conduzissem a saídas profissionais ao nível do 12º ano.

Mas a oferta do ensino profissional em regime diurno tomou nova forma com a criação das Escolas profissionais em 1989. Estas escolas, pretendiam adequar a oferta formativa às necessidades locais de mão de obra, podendo ser promovidas por organizações que envolviam entidades da sociedade civil, nomeadamente autarquias, empresas, sindicatos, cooperativas, etc.

Antes disso, tivemos (eu e a Escola) a oportunidade de participar na experiência piloto, prévia à publicação da Lei da Aprendizagem, que envolveu entre várias escolas e empresas, a Escola Industrial Afonso Domingues e a Fábrica Militar de Braço de Prata. Este projeto resultou de um despacho conjunto do Secretário de Estado da Educação e do Secretário de Estado do Emprego (2ª série do DR nº 72, de 26 de março de 1980) e com ele pretendia-se fomentar a ligação das escolas às empresas, promovendo formação de longa duração para jovens que

tinham dificuldades no modelo escolar normal, com insucesso acumulado, concedendo-lhes no final da formação equivalência académica ao 9º ano de escolaridade (Lagarto, 1994).

Os alunos, neste modelo, frequentavam um currículo semelhante aos alunos das escolas normais e passavam o tempo restante em ambiente oficial, devidamente acompanhados por docentes e tutores da Escola e da empresa associada.

Na sequência da experiência piloto, em 1984, criaram-se os cursos de aprendizagem, promovidos pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, organismo do Ministério do Trabalho, em colaboração com Escolas do Ministério da Educação e que pretendiam recriar em Portugal o modelo dual de ensino-formação, bastante utilizado em países da Europa Central, nomeadamente na Alemanha (DL 102/84 de 29 de março).

Estávamos em 1984 e o sistema de ensino começava a mostrar a estabilidade adequada às aprendizagens dos alunos, a uma fácil mobilidade, a proporcionar a todos a educação e formação necessárias à vida de todos.

A história do aluno que foi professor e presidente de conselho diretivo da “sua” Escola não termina assim. Na altura, era apenas bacharel em engenharia, e desenhava-se já a organização da carreira docente. Pensei eu que, se não tivesse licenciatura, nunca atingiria o topo da tabela. E lá fiz a licenciatura em Engenharia Eletrotécnica. Nessa altura, 1982, já era possível ter um percurso diferenciado no IST e efetuar um currículo específico de dois anos. Antes do 25 de abril de 1974 teria de ingressar no 1º ano e fazer os 5 anos da licenciatura, sem qualquer equivalência.

Anos mais tarde decidi fazer um mestrado em Comunicação Educacional Multimédia e, ainda mais tarde, faria o doutoramento em Ciências da Educação.

Este percurso, contado na primeira pessoa, é um percurso pouco comum. Não creio que muitos alunos das escolas industriais ou comerciais tenham concluído doutoramentos, muito menos em Ciências da Educação. No entanto, é sabido que existem muitos ex-alunos do ensino técnico que atingiram lugares de topo nas empresas e de prestígio na sociedade. Lembro apenas que José Saramago também fez o curso de formação de serralheiro, na Escola Industrial Afonso Domingues, e acabou por ser prémio Nobel da literatura.

Mas este atingir de metas que sempre iam surgindo à minha frente, não invalida o facto de considerar o sistema de ensino pré 25 de abril como um sistema injusto, classista, sem orientação profissional e muito pouco humanista.

As mudanças que abril determinou poderão não ter sido as melhores, mas universalizou e democratizou o acesso ao ensino básico, estendeu a escolaridade obrigatória até ao 12º ano. Tem faltado, quase apenas, aumentar a frequência de um ensino secundário profissionalizante.

*Portugal ocupa o 19.º lugar no ranking europeu de países da União Europeia (EU 27) com mais alunos a frequentar o Ensino Secundário Profissional. São cerca de 45% do total de alunos inscritos no ensino secundário no país, os que se encontram em cursos de ensino e formação profissional. A República Checa (73%), a Finlândia (71%), a Croácia ou a Áustria (70%) são os países europeus onde essa percentagem é mais elevada.*

*No que se refere ao perfil dos alunos que optam pelo ESP, o estudo concluiu que a maioria provém de famílias com menor formação escolar. Segundo os dados apresentados, apenas 9% dos alunos têm proveniência em famílias com graus de Ensino Superior, revelando ainda que as baixas expectativas em relação aos alunos provenientes de famílias menos escolarizadas são uma das razões para o menor sucesso desses alunos (Barbosa, 2023).<sup>6</sup>*

A grande fatia de formação profissional inicial, nas mais variadas profissões, deverá ser feita ao nível do ensino secundário e tem de resultar de um forte investimento público, envolvendo escolas públicas e privadas, veiculando mensagens claras de uma valorização social (e financeira) de profissões não universitárias.

É certo e consensual hoje, e também o será no futuro, que todos os cidadãos devem ter uma formação base sólida, que lhes permitam usufruir de uma cidadania plena. Esta visão implica a existência de competências muito significativas em domínios das literacias fundamentais (leitura, numeracia, científica, digital, financeira e cultural e cívica). Estas literacias são o fundamento que permitem construir saberes e competências profissionais e capacidade de renovação permanente para fazer face a um futuro em mudança constante.

---

<sup>6</sup> Barbosa, B. (2023). *Como valorizar o ensino secundário profissional? Dilemas, Desafios e Oportunidades*. Fundação Belmiro de Azevedo. Porto



## Referências bibliográficas

Barbosa, B. (2023). *Como valorizar o ensino secundário profissional? Dilemas, desafios e oportunidades*. (1.ª ed.). Fundação Belmiro de Azevedo.

Lagarto, J. R. (1994). *Formação Profissional a Distância*. Universidade Aberta & Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Santos, M. A. (1964). *Ensino Técnico Profissional - legislação coordenada e anotada* (2.ª ed.). Direção Geral do Ensino Técnico Profissional.